



O que foi importante na COP28?

Reflexões sobre a última Conferência e o papel da América do Sul na transição energética global.

Por: Nelmara Arbex,
Sócia-líder de ESG da KPMG no Brasil e na América do Sul

Business Insights - Série de artigos

Edição Nº 45 | Fevereiro • 2024



Quatro motivos que explicam o êxito dessa Conferência..

A última Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28), realizada em Dubai, Emirados Árabes Unidos, entre 30 de novembro e 12 de dezembro de 2023, foi muito importante. Existem pelo menos **quatro pontos** que, na opinião dos especialistas da KPMG, foram os mais relevantes e mostram uma mudança na posição dos líderes mundiais em relação aos impactos das mudanças climáticas.

Primeiro ponto é que foi a primeira vez, em 28 anos, que um documento final da COP menciona os “combustíveis fósseis” como a principal causa da acumulação de gases de efeito estufa (GEEs). Tal conclusão reforça o peso do texto e representa uma grande conquista por parte dos líderes mundiais em relação às mudanças climáticas, especialmente porque o acordo foi firmado no cerne dos Emirados Árabes Unidos, país no qual a indústria petrolífera responde por um quarto do Produto Interno Bruto (PIB).

Apesar do pronunciamento ter sido feito na última hora, ele não deixa de ser um marco, principalmente se considerarmos que as emissões de dióxido de carbono (CO₂) liberadas na atmosfera pelo uso de combustíveis fósseis bateram mais um recorde em 2022, mesmo com os esforços de redução de emissões sendo implementadas em todo o mundo. Esse esforço ainda não é suficiente para reverter a tendência de aquecimento global.

É por isso que o documento final, assinado pelas 197 nações participantes, reconhece a necessidade de **acelerar a transição energética e reduzir as emissões poluentes de todas as atividades de maneira eficaz e sustentável**. Para atingir esse objetivo, a maioria dos países (118), incluindo Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, comprometeu-se a triplicar a capacidade de geração renovável e dobrar o índice anual de melhorias na eficiência energética até 2030. Assim, ajudarão a cumprir o objetivo que a Agência Internacional de Energia (AIE) havia indicado anteriormente como “necessário”,

de acordo com a atualização de 2023 do seu relatório *Net Zero Roadmap: A global pathway to keep the 1.5°C goal in reach*¹, que analisa a evolução global da implementação de energias renováveis, para determinar quão perto estamos das metas estabelecidas na COP de Paris e indicar o que precisa ser feito. Mas fica ainda na mira a redução das emissões de todas as atividades, algo que, no Brasil, significa uma melhor gestão das emissões geradas por queimadas, desmatamento e agropecuária.

O segundo ponto é que a COP28 lançou o Fundo de Perdas e Danos, uma iniciativa que estava em discussão há anos. Seu objetivo é prover o financiamento necessário para que os países mais expostos às mudanças climáticas – sendo eles grandes emissores ou não – possam lidar com os danos causados por eventos extremos, tais como secas, inundações e aumento do nível do mar. Apesar de o anúncio ter sido feito com grande alarde no primeiro dia da conferência, antecipando que esta edição seria diferente daquelas realizadas nos últimos anos, o compromisso de desembolso dos países desenvolvidos para o fundo foi considerado insuficiente por muitos dos delegados (apenas US\$ 700 milhões), especialmente considerando que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estima que os países afetados já precisariam anualmente de cerca de US\$ 400 bilhões para financiar os danos causados pelas mudanças climáticas, ou seja, cinco vezes mais do que o proposto no fundo.

1. AIE. *Roteiro Net Zero: Um caminho global para manter a meta de 1,5°C ao alcance. Atualização de 2023*. IEA, 2023.



O terceiro ponto é que a COP novamente enfatizou a importância de conservar, proteger e restaurar a biodiversidade por meio de ações concretas, tais como a interrupção definitiva do desmatamento e da degradação florestal até 2030 (um compromisso que os líderes já haviam assumido na COP26). Essa decisão é relevante porque reforça mais uma vez o entendimento de que ecossistemas saudáveis são os maiores aliados para estabilização do clima. A emissão contínua e crescente de gases causadores do efeito estufa terão seus efeitos multiplicados se os ecossistemas restantes seguirem sendo degradados e não foram regenerados.

Por fim, a COP28 testemunhou o **primeiro balanço global do cumprimento das metas climáticas governamentais** (NDC, da sigla em inglês). Essa avaliação, que se repetirá a cada cinco anos, teve como objetivo avaliar o nível de compliance dos países em relação aos compromissos assumidos desde a assinatura do Acordo de Paris em 2015 e determinar quais aspectos estão progredindo e o que os governos e as partes interessadas podem fazer para reforçar seus compromissos. As conclusões dessa avaliação serão usadas para estabelecer o novo nível de exigência das NDC que os governos deverão definir antes de 2025, com o objetivo de pavimentar o caminho para a neutralidade de carbono até 2050. Essas decisões, além de outras outras iniciativas que foram anunciadas na COP, incluindo de governos e empresas, fazem o atual momento fundamental para a redução das emissões, a regeneração dos ecossistemas e a estabilização climática.

O papel da América do Sul na transição energética.

Além do compromisso de triplicar a capacidade de geração de energia renovável e, paralelamente, aumentar a eficiência energética até 2030, a Conferência serviu para que os países sul-americanos **enfatizassem a necessidade de reestruturar o sistema financeiro internacional e adaptá-lo às novas demandas globais por energia limpa e outros esforços.**

Apesar de seguir explorando petróleo, a região também tem recursos que a coloca entre as melhores do mundo para grandes projetos de produção de energia renovável. Energia solar, eólica, produção de hidrogênio verde e biocombustíveis são áreas que já estão e estarão na ordem do dia para a transição energética global. No entanto, como a maioria dos projetos requerem um capital considerável para serem realizados em grande escala e rapidamente, **a necessidade de recursos financeiros para manter o impulso dessa transição energética é cada vez mais evidente.** Além disso, a região abriga grandes ecossistemas críticos para a estabilização do clima no planeta. Eles precisam agora ser protegidos e regenerados – isso também requer grandes investimentos.

Provavelmente por causa desse contexto, *“o acesso ao capital para financiar iniciativas renováveis e acelerar os processos de implementação”* foi um dos desafios mais destacados pelos líderes do setor de energias renováveis sul-americanos em uma recente pesquisa da KPMG (KPMG,



2024)². Por conta disso, a COP28 teve os presidentes do Brasil e da Colômbia como principais representantes da região, buscando fazer anúncios de alto impacto e transmitir essa mensagem à cúpula.

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, propôs, em conjunto com outros países “amazônicos”, a criação de um fundo global para a proteção e a conservação das florestas tropicais, chamado de “Florestas Tropicais Para Sempre”. A iniciativa seria financiada por fundos soberanos e outros investidores e buscaria preencher uma lacuna que existe entre os diversos mecanismos de financiamento, os quais, em geral, concentram-se em pagamentos pela captura de carbono ou por serviços ambientais difusos³. O objetivo inicial é levantar US\$ 250 bilhões que seriam usados para financiar ações em cerca de 80 países com florestas tropicais, e os pagamentos anuais dependeriam da extensão das áreas conservadas ou restauradas.

Indo além, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, destacou a importância da transição energética ao se juntar como o décimo membro – e o primeiro da América do Sul – ao Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, que busca encerrar a exploração e a expansão desses combustíveis em todo o mundo; porém, ele esclareceu que seu governo terá que buscar primeiramente fontes alternativas de financiamento para compensar as receitas hoje provenientes de exportações de petróleo, que representam 60% da balança comercial do país. Um apelo claro aos esforços da comunidade internacional em criar opções de financiamento que permitam uma transição justa e ordenada.

Rumo à COP30 no Brasil

No final deste ano, a COP29 será realizada em outro país rico em petróleo, o Azerbaijão. Lá, os delegados poderão novamente anunciar novas iniciativas e avaliar o que foi feito e o que não foi feito ao longo do ano, sendo esta a última chance para os países estabelecerem NDCs mais realistas para 2025, quando a COP30 ocorrerá em Belém, no meio da selva amazônica brasileira. Um local que certamente terá um significado especial no caminho para a descarbonização e para o cumprimento dos objetivos do Acordo de Paris e considerando o papel crítico que os ecossistemas têm durante e depois da transição.

Vários especialistas esperam que a COP não aconteça somente em Belém, pois a cidade ainda não tem infraestrutura para abrigar um evento com milhares de participantes. Com eventos concentrados em Belém ou não, o Brasil será palco para uma COP muito importante, num momento de eventos climáticos extremos em inúmeros países e anúncios relevantes para a transição para um novo modelo energético que impacte todo o planeta. O Brasil, claro, vai querer mostrar seu potencial e sua liderança nesse tema. **Até lá!**

2. KPMG. *Transição de energia na América do Sul. Energia renovável como um veículo para mudanças.* KPMG, janeiro de 2024.

3. *A Nação. O Brasil propõe fundo global para conservação de florestas tropicais na COP28. Lanación.com.ar, 1º de dezembro de 2023.*



É hora de transformar insights em oportunidades

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte, Chácara Santo Antônio - CEP: 04719-911 - São Paulo, SP - Tel.: 55 (11) 3940-1500.

© 2024 KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada. Todos os direitos reservados.

O nome KPMG e o seu logotipo são marcas utilizadas sob licença pelas firmas-membro independentes da organização global KPMG.